

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.664 - MT (2015/0272505-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : TUT TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADO** : EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS E OUTRO(S) -  
MT007680  
**RECORRIDO** : CARLINHOS BATISTA TELES  
**ADVOGADO** : CARLINHOS BATISTA TELES (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
MT006656

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO - CRÉDITO CONSTITUÍDO APÓS O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - NÃO SUBMISSÃO AO PLANO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 49 DA LEI Nº 11.101/2005 - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. De acordo com o art. 49 da Lei nº 11.101/2005, apenas os créditos existentes na data do pedido estão sujeitos à recuperação judicial. Assim, créditos posteriores ao pleito recuperacional não se submetem aos seus efeitos.

Alega-se violação do artigo 49 da Lei 11.101/05, sob o argumento de que todos os créditos existentes à data do pedido de recuperação judicial a esta se submetem, salvo exceções legais que não estão presentes na hipótese.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local consignou que o recorrido "patrocinou ação indenizatória contra o agravante/réu, cuja propositura da ação se deu em 15/01/2004 (fl. 54), tendo como objeto, indenização civil por acidente de veículos, sentenciada em 12/06/2007 (fls. 61-TJ), ocorrendo o trânsito em julgado apenas em 29/04/2011 (fls. 36TJ), ensejando o início da fase de cumprimento de sentença, portanto em data posterior ao processamento da recuperação judicial datada de 09 de junho de 2005" (e-STJ, fls. 151/152).

Tratando-se de verba de patrocínio, esta Corte tem mesmo entendimento de que não se submete à recuperação judicial se a sentença que lhe deu origem lhe é posterior.

Assim:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NOVAÇÃO DO CRÉDITO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DA AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA POSTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. NÃO SUJEIÇÃO DO CRÉDITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO. CONTROLE DOS ATOS CONSTRITIVOS PELO JUÍZO UNIVERSAL. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O direito (creditício) aos honorários advocatícios sucumbenciais surge por ocasião da prolação da sentença, como consequência do fato objetivo da derrota no processo, por imposição legal. Assim, não obstante o aludido crédito, surgido posteriormente ao pedido de recuperação, não possa integrar o plano, é vedada a expropriação de bens essenciais à atividade empresarial, na mesma linha do que entendia a jurisprudência quanto ao crédito fiscal, antes do advento da Lei n. 13.043/2014. Portanto, tal crédito não se sujeita ao plano de recuperação e as execuções prosseguem, porém o juízo universal deve exercer o controle sobre atos de constrição ou de expropriação patrimonial.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 151.639/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/10/2017, DJe 6/11/2017)

Diante do exposto, neg provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora